Aviso

Por ordem superior se torna público que, em 23 de Setembro de 1980, o Governo da República Socialista do Vietname depositou junto do Governo Francês o instrumento de adesão ao Protocolo Respeitante à Proibição do Emprego na Guerra de Gases Asfixiantes Tóxicos ou Similares e de Processos Bacteriológicos, assinado em Genebra em 17 de Junho de 1925, de que Portugal já é parte. Aquele instrumento diplomático entrou em vigor, com referência àquele país, em 28 de Outubro de 1980.

Secretaria-Geral do Ministério, 5 de Fevereiro de 1981. — O Secretário-Geral, *João Manuel Hall Thémido*.

Aviso

Por ordem superior se torna público que, em 28 de Outubro de 1980, o Governo da Papua-Nova Guiné depositou junto do Secretário-Geral das Nações Unidas a notificação de sucessão à Convenção Internacional do Ópio, assinada na Haia em 23 de Janeiro de 1912, de que Portugal é parte.

Secretaria-Geral do Ministério, 5 de Fevereiro de 1981. — O Secretário-Geral, *João Manuel Hall Thémido*.

Aviso

Por ordem superior se torna público que, em 12 de Dezembro de 1980, o Governo dos Países Baixos depositou junto do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros o instrumento de aceitação da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Decisões Relativas a Obrigações Alimentares, concluída na Haia em 2 de Outubro de 1973, com a reserva constante do seu artigo 26.º e a declaração prevista no artigo 25.º Da referida Convenção Portugal já é parte. Aquele instrumento diplomático entrará em vigor, com referência àquele país e às Antilhas Holandesas, em 1 de Março de 1981.

Secretaria-Geral do Ministério, 5 de Fevereiro de 1981. — O Secretário-Geral, *João Manuel Hall Thémido*.

Aviso

Por ordem superior se torna público que, em 12 de Dezembro de 1980, o Governo da Finlândia notificou o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos de que retirou parte da reserva relativa ao artigo 4.º, alínea 2), da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil e Comercial, concluída na Haia em 18 de Março de 1970, com a declaração constante do artigo 35.º e a emenda da declaração relativa ao artigo 23.º

Secretaria-Geral do Ministério, 5 de Fevereiro de 1981. — O Secretário-Geral, *João Manuel Hall Thémido*.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO
E DA AGRICULTURA E PESCAS****Portaria n.º 283/81**

de 20 de Março

Considerando que o Governo Português obteve, por acordo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, o financiamento da parte da componente externa de capital necessário à execução do Projecto Florestal Português, no qual se inclui a aquisição de maquinaria e material de transporte para a Direcção-Geral do Fomento Florestal;

Tendo em vista que, para uma correcta aplicação do montante dos créditos postos à disposição da Direcção-Geral do Fomento Florestal, se torna necessário que este organismo disponha de autorização para a celebração de contratos e ainda para a realização das despesas, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 211/79, de 12 de Julho, em virtude de os dispêndios se processarem em mais de um ano económico:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano e da Agricultura e Pescas, o seguinte:

1.º É autorizada a Direcção-Geral do Fomento Florestal a celebrar com diversas entidades, nacionais e estrangeiras, a determinar por concurso público, os contratos necessários à aquisição da maquinaria e equipamento e material de transporte considerado indispensável à execução, na parte que lhe compete, do Projecto Florestal Português, até ao montante global de 434 783 contos.

2.º Os encargos resultantes da execução dos contratos referidos no número anterior não poderão exceder o montante de 400 000 contos em 1981.

3.º Para 1982, os encargos referidos no número anterior não poderão exceder a soma de 34 783 contos, com o saldo do ano anterior.

4.º—1—Os encargos resultantes da execução deste diploma serão satisfeitos por verba adequada, a inscrever no orçamento da Direcção-Geral do Fomento Florestal.

2—A orçamentação da despesa de cada ano será precedida da apresentação do programa anual de execução, elaborado de acordo com as normas definidas pelo Ministério das Finanças e do Plano.

Ministérios das Finanças e do Plano e da Agricultura e Pescas, 20 de Fevereiro de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Morais Leitão*. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *António José Baptista Cardoso e Cunha*.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO,
DA REFORMA ADMINISTRATIVA
E DA QUALIDADE DE VIDA****Portaria n.º 284/81**

de 20 de Março

A Comissão Nacional do Ambiente é um organismo dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira que integra diversas direcções de serviços.

Ao presidente da Comissão Nacional do Ambiente compete, designadamente, dirigir e coordenar superiormente a actividade da Comissão e ainda exercer as demais atribuições conferidas por lei às individualidades que dirijam serviços personalizados e autónomos, sendo o responsável directo perante o membro do Governo competente.

O presidente da Comissão Nacional do Ambiente é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo vice-presidente, que dele depende directamente.

Os cargos de presidente e vice-presidente da Comissão Nacional do Ambiente são remunerados pelas letras A e B da escala do funcionalismo público.

Nestes termos, e tendo em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, e nos n.ºs 2 e 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 354/79, de 14 de Dezembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano e da Reforma Administrativa e pelo Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente, que os cargos de presidente e vice-presidente da Comissão Nacional do Ambiente sejam equiparados, para todos os efeitos legais, a, respectivamente, director-geral e subdirector-geral.

Ministérios das Finanças e do Plano, da Reforma Administrativa e da Qualidade de Vida, 3 de Fevereiro de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Morais Leitão*. — O Ministro da Reforma Administrativa, *Eusébio Marques de Carvalho*. — O Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente, *Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho*.

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 285/81
de 20 de Março

A complexidade estrutural do Ministério da Educação e Ciência, acrescida do facto de se ter já realizado no âmbito deste Ministério uma experiência quanto à classificação de serviço, conduz a que seja dada abertura à existência de outros sistemas de classificação, que, sem fugirem aos principais parâmetros constantes do Decreto Regulamentar n.º 57/80, de 10 de Outubro, viabilizem a obtenção do maior número de indicadores naquela matéria.

A adopção da presente medida leva necessariamente a uma adaptação no tocante ao calendário de execução, pretendendo-se ainda, por outro lado, adoptar comportamentos uniformes a nível do Ministério da Educação e Ciência quanto a carreiras com estatuto específico.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 57/80, de 10 de Outubro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Educação e Ciência e da Reforma Administrativa, o seguinte:

1.º Sempre que não seja viável a aplicação do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 57/80, de 10 de Outubro, poderá existir um único notador, que deverá ser sempre o superior hierárquico e ime-

diato, na sua qualidade de dirigente ou chefe imediato do notado.

2.º As situações referidas no número anterior serão definidas por despacho do Ministro da Educação e Ciência, sob proposta dos directores-gerais ou equiparados e após parecer da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

3.º O método correctivo previsto no artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 57/80, de 10 de Outubro, será substituído por um método estatístico a definir por despacho do Ministro da Educação e Ciência, o qual deverá ter em conta, nomeadamente, os seguintes parâmetros:

- a) Ajustamento dos subsistemas de notação (a definir) ao sistema geral do Ministério, tomado como padrão;
- b) Medidas de tendência central e, eventualmente, de dispersão;
- c) Dimensão estatística dos subsistemas;

cabendo à Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência a sua aplicação.

4.º A classificação de serviço a atribuir será aquela que resulte da aplicação do processo correctivo definido no número anterior, sem prejuízo de, nos relatórios anuais a que se refere o n.º 2 do artigo 23.º do Decreto Regulamentar n.º 57/80, de 10 de Outubro, serem comunicados à Direcção-Geral da Função Pública os valores que teriam sido obtidos se se tivesse aplicado o método da perequação.

5.º A competência prevista nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 57/80, de 10 de Outubro, deve ser exercida no prazo de trinta dias contado a partir da data da entrada em vigor da presente portaria, devendo contudo ser respeitados os intervalos temporais entre cada uma das fases de tramitação do processo de classificação.

6.º Para efeitos do disposto no número anterior, o calendário de execução será fixado por despacho do Ministro da Educação e Ciência, o qual deverá ter em conta não só os intervalos temporais entre cada uma das fases expressamente fixados na lei como também o período necessário à aplicação do processo correctivo.

7.º O disposto na presente portaria aplica-se aos funcionários e agentes com categoria inferior ou igual a assessor ou equivalente dos organismos e serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência, com excepção dos que estão inseridos nas seguintes carreiras, por beneficiarem de regime próprio:

- a) Pessoal docente, incluindo educadores de infância e auxiliares de educação;
- b) Pessoal técnico de inspecção abrangido pelo Decreto-Lei n.º 540/79, de 31 de Dezembro;
- c) Pessoal de outras carreiras abrangido pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 191-C/79, de 25 de Junho.

8.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministérios da Educação e Ciência e da Reforma Administrativa, 10 de Março de 1981. — O Ministro da Educação e Ciência, *Vitor Pereira Crespo*. — O Ministro da Reforma Administrativa, *Eusébio Marques de Carvalho*.